

Foto: Junhiti Nagazawa



# Corregedoria busca formular política de desenvolvimento para o Judiciário

ministro Antônio de Pádua Ribeiro

por Ana Paula Bomfim

Com um ano de funcionamento, o CNJ está promovendo modificações importantes no Poder Judiciário. Ministro do STJ, Antônio de Pádua Ribeiro exerce atualmente o cargo de corregedor nacional de Justiça. Em entrevista, ele faz um balanço da atuação da Corregedoria e acredita que a preocupação do Judiciário nos próximos tempos há de ser com a efetividade da Justiça

Quais melhorias já são percebidas com a atuação do Conselho Nacional de Justiça?

Creio que muitas melhorias já podem ser percebidas pela sociedade brasileira em razão da atuação do CNJ. Medidas tomadas contra o nepotismo e no sentido da adoção do teto salarial, com vistas à extinção da figura dos denominados “marajás”, no âmbito do Judiciário, tiveram ampla divulgação na imprensa e foram logo recebidas pela população como um avanço, uma conquista trazida pela atuação do Conselho.

Além dessas, muitas outras providências foram tomadas, como, por exemplo, para moralizar os concursos para ingresso na magistratura e a promoção dos juízes; efetivação de concursos para os cartórios; elaboração de legislação visando a dar maior agilidade aos processos judiciais; implantação do processo virtual, estimulação da conciliação judicial, bem como o apoio técnico às justiças estaduais, como forma de assegurar maior eficiência na administração da Justiça.

Não se pode esquecer, ainda, o traba-

lho que vem sendo desenvolvido para uniformizar a terminologia adotada nos diversos setores do Judiciário para elaboração de uma estatística confiável, que irá proporcionar um melhor planejamento estratégico para as atividades judiciárias. Isso tudo sem deixar de lado a atuação disciplinar nos casos de maior gravidade ou de desvio comprovado.

E qual tem sido o papel da Corregedoria nesse processo?

A atuação da Corregedoria é muito importante, porquanto antes da criação do CNJ só havia Corregedoria para os juízes de primeiro grau, não para aqueles que atuam nos tribunais. Quanto a estes, no caso de falta grave, cabia ao próprio tribunal julgar o processo disciplinar envolvendo o magistrado, o que gerava constrangimento, ao colocar um colega julgando outro colega, ou até mesmo ensejava o corporativismo, quando a Corte indevidamente deixava de punir o juiz como deveria, o que causava, evidentemente, grande prejuízo ao bom conceito do Poder Judiciário. Hoje, os sistemas antes vigentes subsistem,

mas o Conselho pode atuar, como vem fazendo, nos casos de maior gravidade, procurando, na medida do possível, prestigiar a atuação das Corregedorias estaduais e dos órgãos de controle existentes.

Desde a sua criação até hoje, o CNJ já recebeu 2.494 processos; desse total, 1.330 foram distribuídos à Corregedoria. Isso implica que mais da metade dos processos submetidos ao exame do CNJ tiveram como destino a Corregedoria. A maioria desses processos refere-se a reclamações disciplinares e a representações por excesso de prazo na tramitação das demandas. Desses todos, a maior parte já foi solucionada definitivamente.

Qual é o tipo de relação da Corregedoria Nacional do Conselho com as demais corregedorias?

A relação entre elas, até o momento, tem-se desenvolvido em regime de colaboração recíproca. Tenho acompanhado a muitas reuniões com os corregedores estaduais e percebo que há uma vontade geral no sentido do aperfeiçoamento dos serviços correicionais. Na verdade, tenho encontrado a maior receptividade e boa vontade por parte dos corregedores estaduais, unidos todos no ideal de colaborar para tornar a Justiça brasileira mais célere, efetiva e presente no dia-a-dia da sociedade. Todos estão trabalhando firmemente para, em breve, integrar, por meio da rede de computadores, os serviços de todas as corregedorias dos estados com a Corregedoria do CNJ.

Qual a repercussão das orientações desse órgão nos tribunais?

As decisões do Conselho têm sido cumpridas por todos os tribunais. No início, houve pequenos desentendimentos, mais decorrentes da falta de

compreensão das decisões do que da vontade concreta e efetiva de descumprilas. Hoje, a maioria dos tribunais já se habituou a trabalhar junto com o Conselho com o objetivo de aprimorar a administração da Justiça.

São de capitais importantes como São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal o maior número de feitos analisados pela Corregedoria. A que o senhor credita essa realidade?

Acredito que esse dado se explica, primeiro, pelo número de habitantes dessas capitais, que são verdadeiras metrópoles; segundo, pelo fato de que os cidadãos dos grandes centros são muito mais bem informados e têm muito mais acesso aos órgãos e aos meios de comunicação e de informação do que os habitantes do interior do Brasil ou de suas capitais mais distantes. É inegável que o nível de exercício da cidadania está diretamente relacionado ao acesso à informação, ao conhecimento desses direitos. Ninguém reivindica aquilo que desconhece. E nas grandes cidades, até pela proximidade maior do poder e de suas manifestações, a consciência desses direitos e a percepção da força da mobilização popular são muito mais presentes, muito mais agudas.

O CNJ expediu resoluções que, à primeira vista, poderiam parecer apenas medidas relacionadas à ética, como fim do nepotismo. Essas medidas, além de sanarem vícios e comportamentos inadequados, contribuem para a melhoria da prestação jurisdicional?

A resolução sobre o nepotismo foi mais uma medida baixada pelo Conselho no intuito de dotar o Poder Ju-

diciário de um arcabouço ético firme, que não deixe margem de manobra a qualquer desvio ou privilégio inaceitável. Aliás, a palavra privilégio já traz em si mesma uma conotação de exceção odiosa, despropositada, não tolerável pelo senso comum. A resolução baixada sobre a questão do teto salarial também teve o objetivo primordial de assegurar à atividade judicante a indispensável autoridade moral, a firmeza ética imprescindível para o exercício do poder de julgar.

Não tenho dúvidas de que a prevenção e o afastamento de vícios e comportamentos inaceitáveis contribuem para a melhoria da prestação jurisdicional. O juiz, mais que um poder, exerce a autoridade, que é poder mais moral. A eficácia das suas decisões decorre muito mais da sua credibilidade, pois o magistrado não dispõe do poder das armas nem do poder econômico. Toda sua força provém da lei, da adequada entrega da prestação jurisdicional, da sagrada função de fazer justiça. Assim, a autoridade moral do juiz deve ser extreme de dúvidas, livre de qualquer suspeita.

Os processos distribuídos à Corregedoria, em sua maioria, são representações por excesso de prazo. O que a corregedoria tem feito para reduzir o tempo de tramitação dos processos?

Quando se trata de um problema estrutural, a Corregedoria tem sugerido estudos junto ao órgão judiciário em que ocorre o acúmulo de processos visando à tomada de medidas para tornar mais célere seu julgamento.

Em alguns casos, os próprios tribunais têm buscado tomar medidas adequadas, no sentido de resolver os problemas. O TRF em São Paulo, por exemplo, criou turmas especializadas para o julgamento dos pleitos previdenciá-

rios, providência que, sem dúvida, será eficaz para minorar ou sanar o problema, cuja solução é de grande interesse de pessoas, no mais das vezes idosas, e que, por isso mesmo, sentem, com muito mais intensidade, o efeito da demora no julgamento de um processo em que figura como parte.

Esse é um bom exemplo de como vem atuando a máquina judiciária brasileira, procurando suprir as deficiências e superar os obstáculos e as dificuldades, na busca de uma prestação jurisdicional mais efetiva, célere e mais próxima do que espera do Judiciário o povo brasileiro.

Também cabem à Corregedoria atribuições ligadas à conduta de magistrados. Quais são as ações desenvolvidas relacionadas a esse tema?

A atuação da corregedoria tem sido pautada pela busca contínua do aperfeiçoamento dos serviços correicionais. Tenho procurado atuar, de forma conjunta e integrada, com as corregedorias estaduais, no sentido de dar maior agilidade e transparência à função judicante.

Creio que nosso trabalho fundamental seja buscar a formulação de uma grande política de desenvolvimento para o Poder Judiciário brasileiro, e é a partir desse objetivo que, entendo, deva agir a Corregedoria Nacional de Justiça e o próprio CNJ. Muito mais do que tratar dos casos disciplinares, punindo os desvios e escoimando os abusos, o que deve ser feito, evidentemente, é evitar que os desvios e os abusos ocorram e traçar políticas de reformulação do Poder Judiciário brasileiro, estimulando a instalação de gestões mais modernas nos vários setores da Justiça, tanto no plano administrativo quanto no financeiro, com vistas à redução de custos e ao aumento da eficiência.

Defendo a aplicação de um choque de modernidade na estrutura da máquina judiciária, no intuito de tornar a Justiça cada vez mais acessível, eficiente, presente e democrática.

Qual o balanço que o senhor faz da atuação do CNJ?

Ao responder à primeira pergunta, fiz um resumo da atuação do Conselho que, acredito, está cumprindo seu papel institucional e tem correspondido plenamente ao que dele se esperava e ao que dele exigia a sociedade brasileira. Acho que ninguém, em sã consciência, com conhecimento de causa pode acusar o Conselho Nacional de Justiça e a Corregedoria Nacional de omissão ou de inércia. Basta ver as resoluções que já tomamos, que tanta diferença têm feito no panorama do Poder Judiciário de todo o Brasil. Questões que se arrastavam há muitos anos sem uma solução concreta foram enfrentadas e superadas, com coragem, determinação e

serenidade, introduzindo-se importantes mudanças na estrutura e no funcionamento da máquina judiciária.

Qual a projeção para o Poder Judiciário nos próximos anos?

Quanto ao Judiciário dos próximos tempos, creio que a preocupação constante há de ser com a efetividade da Justiça. Sempre defendi que a Justiça que tarda é sumamente injusta e penaliza precisamente aqueles que mais dela necessitam. Para que haja maior efetividade da prestação jurisdicional, é preciso garantir, efetivamente, não só o acesso à Justiça, mas também a celeridade e a efetividade do processo.

Já houve significativos avanços nesse particular, com destaque para a instituição dos juizados especiais federais e estaduais. Entendo, no entanto, que se deva caminhar também para uma ampla e geral revisão, não só do texto constitucional, que mais parece um catálogo telefônico, uma verdadeira colcha de retalhos, mas também de toda a legislação processual. Essa, com tantas alterações e emendas já se converteu em um verdadeiro cipoal caótico, confuso e incoerente, que mais serve para esticar e encompridar os trâmites processuais, com seus infundáveis, e o mais das vezes injustificados, recursos, do que para aplicar verdadeiramente o Direito aos casos concretos.

Acredito que devemos avançar para a implantação do processo virtual, que já vem sendo aplicado, com grande êxito, nos juizados especiais, com significativa melhora na questão dos prazos de tramitação dos processos.

Tenho alertado que um Judiciário lento no decidir os conflitos cíveis e a consagrar, pela omissão, o regime da impunidade em matéria criminal; que demora a resolver as questões urgentes e vitais que lhe são submetidas, sujeita-se a um processo de perda de credibilidade perante à sociedade a que serve e conspurca o sentimento de justiça do povo. Ademais, em termos institucionais, perde legitimidade e desgasta não só sua imagem diante da opinião pública, mas retira a fé e a esperança na Justiça, que deve ser a base de qualquer sociedade. Mesmo porque, sem Justiça, qualquer Nação despenca pela ribanceira da desesperança, do desespero e da revolta surda, que desencadeia processos que todos sabemos como se iniciam, mas jamais poderemos prever como terminarão.

A história está repleta de exemplos que demonstram isso. Quando a Justiça se desgasta e se deslegitima, quase sempre leva de roldão a esperança, a liberdade e o sonho de ser feliz da população. ●